

**Desenvolvimento e Avaliação de um Modelo de Educação
de Pares para Trabalhadores(as) do Sexo.**

Relatório final da supervisão científica da 2ª fase do projeto.

Alexandra Oliveira & Mafalda Mota

Agosto de **2013**

Título:

Desenvolvimento e avaliação de um modelo de educação de pares para trabalhadores(as) do sexo. Relatório final da supervisão científica da 2ª fase do projeto.

Coordenação científica:

Alexandra Oliveira

Assistente de investigação:

Mafalda Mota

Entidade promotora:

GAT – Grupo Português de Ativistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA - Pedro Santos



Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Rua Alfredo Allen 4200-135 Porto PORTUGAL

<http://www.fpce.up.pt>

Lista de siglas

APDES- Agência Piaget para o Desenvolvimento

APF- Associação para o Planeamento da Família

EP – Educador(a)/es(as) de pares

GAT - Grupo Português de Ativistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA – Pedro Santos

GD –Grupo de discussão

IA – Investigação-ação

IST – Infecção sexualmente transmissível

LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais

ONG – Organização não governamental

OSIOSR – Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor

PREVIH - Projeto PREVIH: Infecção VIH/SIDA nos grupos de homens que têm sexo com homens e trabalhadores sexuais: Prevalência, determinantes e intervenções de prevenção e acesso aos serviços de saúde

RR – Redução de riscos

SIDA – Síndrome da imunodeficiência adquirida

TS – Trabalhador(a)/es(as) do sexo

UP-FPCE - Universidade do Porto - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

VIH – Vírus da imunodeficiência humana

Índice

<i>Introdução</i>	05
1. Procedimentos metodológicos	09
2. Avaliação da componente I	12
2.1. Introdução	12
2.2. Formação	13
2.3. Integração	17
2.4. Conclusões	23
3. Componente II	26
3.1. Objetivos	26
3.2. Procedimentos e avaliação	28
3.3. Resultados	35
3.4. Conclusões	39
4. Conclusão geral e recomendações	40
5. Referências bibliográficas	44
<i>Anexos</i>	

Introdução

O GAT, através do projeto PREVIH, tem promovido a formação de pares trabalhador(a)s do sexo (TS) tendo por parceiras a APDES e a UP-FPCE, sendo esta última responsável pela supervisão científica. Na 1ª fase deste projeto, que decorreu entre novembro de 2011 e maio de 2012, a APDES implementou uma metodologia de educação de pares com um grupo de trabalhadores do sexo (Santos, Soares, Marques & Parodi, 2012) que já havia testado com consumidores de drogas (APDES, 2011), depois de efetuadas as devidas adaptações. A UP-FPCE, de acordo com o solicitado pelo GAT, além de ter incluído uma segunda componente neste projeto ligada com a capacitação e o ativismo, ficou responsável pela supervisão científica com vista a validar o modelo de formação e integração de pares (Oliveira & Mota, 2012).

Este projeto de educação de pares para TS teve assim duas componentes: a componente I, que tinha por objetivo obter a profissionalização e integração dos pares TS em equipas de redução de riscos e a componente II, que pretendia o desenvolvimento e a capacitação comunitária e o ativismo político dos EP TS com vista a estimular a sua associação num colectivo.

No final deste processo pudemos concluir que os métodos através dos quais este projeto foi implementado, bem como a sua conceção e o seu desenho, se revelaram altamente eficazes, fazendo deste modelo de educação de pares para TS um modelo válido e com potencial de aplicabilidade em outros momentos e com diferentes grupos de TS (Oliveira & Mota, 2012).

A partir de dezembro de 2012 até maio de 2013, o GAT promoveu uma segunda edição deste projeto de educação de pares para TS, novamente em parceria com a APDES e a UP-FPCE. Este relatório dá conta desta 2ª fase do projeto no que concerne às tarefas e funções da UP-FPCE.

Consideramos tratar-se de uma nova etapa do mesmo projeto, pois as três entidades interessaram-se em assegurar a continuidade do que havia sido já feito. Tal como explicitamos no relatório da 1ª fase (Oliveira & Mota, 2012) e que é válido para este novo estádio, todo o processo foi concebido como investigação-ação (IA).

A IA pode ser delimitada como um processo no qual os investigadores e os atores sociais em conjunto investigam sistematicamente um dado e colocam questões com vista a solucionar o problema vivido pelos atores (Monteiro, 1988 *cit in* Guerra, 2002). Ao contrário da investigação tradicional, que tende a dicotomizar entre os “experts” (que detêm o poder) e “eles” (os oprimidos que não o têm), a IA envolve os participantes, estimulando o seu envolvimento na pesquisa, e torna-os agentes ativos na produção de conhecimentos, promovendo, portanto, a capacidade de iniciativa dos grupos com que trabalha (Oliveira, 1981 *cit in* Neto, 2003). Trata-se, pois, de reconhecer os saberes profissionais dos TS e os conhecimentos que têm sobre a indústria do sexo e dos seus atores, bem como a aceitação de que gozam entre os seus pares, e fazer com que esses dados sejam revertidos para o processo de investigação.

A IA é um método que tem um enfoque comunitário e participativo e que implica a sugestão, a negociação e a introdução de reformulações como forma de potenciar o desenvolvimento do ativismo político e social. Neste sentido, a IA direciona-se para a melhoria das capacidades dos sujeitos na resolução de problemas, para o desenvolvimento de aptidões, nomeadamente profissionais, para o aumento das possibilidades de autodeterminação e para uma maior influência no funcionamento e nos processos de tomada de decisão (Boog, 2003).

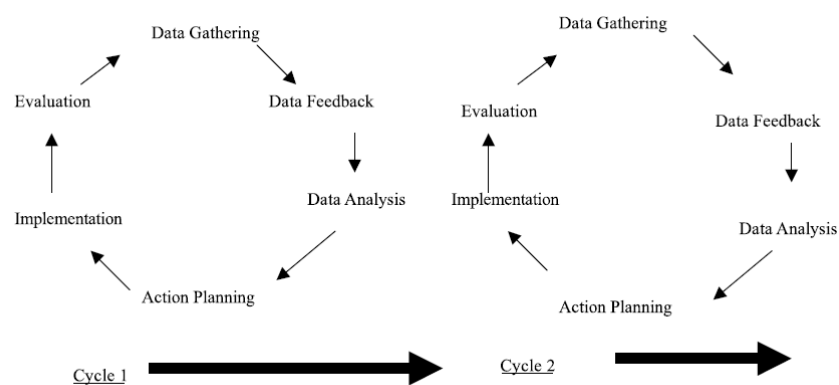


Figura 1 – Ciclos de investigação-ação de acordo com Coughlan & Coughlan (2002)

Este racional teórico-metodológico considera que o processo de investigação é feito em espiral, é interativo e caracteriza-se pela retroação e pelos reajustes constantes. Tal significa que há um conjunto de fases que se desenvolvem de forma contínua e que englobam a planificação, a ação, a observação e a reflexão (Medeiros, 2002), o que implica que este projeto de educação pelos pares foi concetualizado como um processo que não se encerrou numa primeira edição. Houve, antes, uma retroação sobre a 1ª fase, funcionando esta como uma das voltas da espiral de IA, onde a partir da avaliação efetuada foi possível melhorar este projeto de formação, suprimindo os pontos fracos e incrementando os pontos fortes. Este conjunto de procedimentos em movimento circular deu, então, início a um novo ciclo que, por sua vez, pode desencadear novas espirais de experiências de ação reflexiva. Tal processo está esquematizado na figura 1 e implica a monitorização em todos os ciclos e o planeamento, a implementação e a avaliação continuados ao longo do tempo, uma vez que existe oportunidade para uma aprendizagem contínua (Coughlan & Coughlan, 2002).

Foi desta forma que se concebeu esta nova acção: como mais uma volta da espiral da IA que foi (e continuou a ser) o projeto de EP TS.

A metodologia de educação pelos pares refere-se um conjunto de estratégias específicas de ensino desenvolvido e executado por membros de uma subcultura, comunidade ou grupo para os seus pares (Goren & Wright, 2006). Esta é uma intervenção de base comunitária, que segue uma estratégia participativa, em que os membros da comunidade alvo são treinados com conhecimentos relacionados com a saúde para que promovam comportamentos saudáveis junto dos seus parceiros (Cornish & Campbell, 2009). A lógica que subjaz ao envolvimento de pares em projetos de intervenção é a de que a partilha de características com a comunidade-alvo lhes confere credibilidade e lhes permite oferecer apoio e orientação (McQuiston, Uribe, & Latino, 2001 *cit in* Dutcher *et al.*, 2011).

Quanto aos profissionais do sexo, a existência de redes de apoio informais entre eles avanta a possibilidade do uso de intervenções baseadas na participação comunitária para disseminar informação sobre a prevenção do VIH e difundir mensagens de sexo seguro, entre outras (Barnard & McKeganey, 1996). De facto, a educação pelos pares tem potenciado o trabalho de promoção da saúde junto destes em todo o mundo (EUROPAP, 1995 *cit in* Rickard & Growney, 2001) e é uma boa forma de garantir que a mensagem preventiva chega ao grupo alvo, o que pode conduzir a mudanças comportamentais (Mongard, Brussa, & Jong, 1997).

Um(a) EP na área do trabalho sexual não é *apenas* um(a) trabalhador(a) do sexo, mas um(a) profissional do sexo treinado(a) para prestar apoio aos seus colegas que se pode tornar numa referência para o projeto e/ou serviço no qual trabalha e que tem um papel didático baseado na sua experiência pessoal (Borlone & Macchieraldo, 2004). No trabalho sexual, os educadores de pares qualificados são profissionais não especializados que têm capacidade para substituir um profissional de saúde no campo da prevenção, podendo intervir na promoção da saúde e em programas de informação sobre VIH e outras IST que tenham por alvo o público específico da indústria do sexo (EUROPAP/TAMPEP, 2001)

Esta 2ª fase do projeto contou com a formação de um novo grupo de EP, ao qual se juntaram alguns dos que haviam frequentado e concluído a edição anterior.

É, então, dos procedimentos metodológicos e da avaliação efetuada à continuidade da componente I, com base no racional teórico enunciado, que daremos conta neste relatório, tanto no que respeita ao processo de formação, como ao processo de integração, tendo como base comparativa a edição anterior. Ainda, explicitaremos o modo de implementação da componente II, a sua avaliação e os resultados obtidos. No fim, apresentaremos uma síntese integrativa dos resultados do projeto, para que se compreendam as semelhanças e as diferenças entre as duas edições e se reflita sobre os avanços e retrocessos efetuados, em simultâneo com um conjunto de recomendações para futuras ações interventivas.

1. Procedimentos metodológicos

Por privilegiarmos a subjetividade e a singularidade de cada EP e das suas interações, seja com os pares, com os supervisores ou com outros EP, bem como do trabalho que cada um deles desenvolve, o nosso foco foi, tal como na edição anterior, nas abordagens qualitativas, nos processos e nos significados (Creswell, 1998; Newman & Benz, 1998). Embora tanto as abordagens qualitativas como as quantitativas sejam úteis na operacionalização e avaliação de um modelo de educação de pares, podendo e devendo ser articuladas (Svenson *et al.*, 1998), considerámos que seria a metodologia qualitativa a que melhor serviria os nossos propósitos já que permitiria compreender e interpretar os dados a partir da perspectiva dos atores sociais.

A estratégia metodológica delineada baseou-se sobretudo na supervisão e no acompanhamento da maior parte dos momentos formativos, bem como da integração dos EP nas equipas e incluiu a articulação entre os diferentes parceiros envolvidos – as entidades promotora (GAT) e formadora (APDES).

Assim, para concretizarmos os nossos objetivos, recorreremos a várias técnicas de recolha de dados, com especial enfoque na observação e nos grupos focais, embora para algumas das informações requeridas tenhamos também beneficiado dos instrumentos de recolha de dados usados pela APDES na avaliação que levou a cabo.

O curso, no que concerne à componente I, foi dividido em duas partes independentes: a formação teórica, que decorreu em contexto de sala de aula, e o estágio de integração nas equipas de RR. Assim, devido a esta característica, realizámos duas análises autónomas.

No que respeita à formação, ainda antes do seu início, após a análise dos conteúdos programáticos previstos pela entidade formadora, e como consequência das sugestões provenientes da avaliação da 1ª fase do projeto (Oliveira & Mota, 2012), comparativamente a esta, foram introduzidos três novos módulos e reformulado um outro.

As sessões de formação foram avaliadas com base nos referenciais dos módulos de formação enviados pelos formadores, nas observações efetuadas e na análise feita

aos grupos de discussão gerais com os EP. Além disso, foi ainda realizado um GD com os EP, por nós dinamizado, com o propósito único de avaliar qualitativamente as formações quanto à relevância dos seus conteúdos programáticos, à resposta dada às suas necessidades e à satisfação relativamente às expectativas iniciais em relação ao curso e, ainda, a sugestões para melhoria da formação. Neste GD foi também avaliado o desempenho dos formadores, tendo estes dados sido cruzados com os resultados obtidos pela APDES através das fichas de avaliação da satisfação com a formação preenchida pelos EP TS sobre cada módulo e respectivo formador.

Quanto à integração dos EP nas equipas, a avaliação concretizou-se no acompanhamento dos GD orientados pela APDES com os EP e com os supervisores. Estes grupos decorreram com uma periodicidade bimestral num total de três sessões, tendo tido cada uma delas a duração aproximada de 3 horas e sido conduzido por duas técnicas da instituição formadora.

Em cada GD com os pares, um dos elementos da equipa de investigação observava o seu desenrolar, enquanto tomava notas e procedia a um registo áudio dos mesmos para posterior transcrição e análise de conteúdo. Nos GD com os supervisores não foram efetuadas observações, procedendo-se à leitura e análise de conteúdo das transcrições fornecidas pela APDES. Depois destas análises, seguia-se, em articulação com o GAT e com a APDES, uma tentativa de reverter os contributos dos pares e supervisores em mudanças que conduzissem a melhorias na integração dos EP. Na avaliação final efetuada ao processo de integração dos EP nas equipas de RR foi ainda crucial o cruzamento dos dados por nós obtidos com o plano detalhado de tarefas negociadas no início da formação entre EP e supervisores e o relatório de estágio que cada EP efetuou dando conta do trabalho realizado ao longo do estágio.

Quanto à componente II, todo o seu processo se baseou em grupos focais orientados pela equipa da UP-FPCE. Esta estratégia foi utilizada de novo porque na edição anterior do curso esta se havia revelado eficaz na promoção de *insights* e reflexões, proporcionando uma multiplicidade de visões e reações emocionais (Galego & Gomes, 2005).

As interações grupais no âmbito da componente II foram direcionadas para as questões do ativismo e da militância dos EP TS, embora tenham existido momentos em que foi necessário incluir e debater questões específicas relacionadas com o funcionamento do grupo e a interação entre os seus elementos.

Estes grupos funcionaram em três sessões, com a duração aproximada de 3 horas cada um, tendo sido realizados dois grupos extraordinários com vista à concretização de duas tarefas propostas aos EP TS pela entidade promotora. Estas tarefas consistiram em formular uma comunicação em poster sobre o seu trabalho enquanto EP, bem como realizar uma tomada de posição política conjunta sobre o TS, ambas para apresentar na II Conferência Internacional do PREVIH¹. Também aqui procedemos a um registo áudio e posterior desgravação e análise de conteúdo.

Na análise de dados, adotamos uma estratégia indutiva de construção de categorias a partir dos dados, pois consideramos que esta técnica nos ajudaria na compreensão e interpretação das perspetivas manifestadas pelos atores (Silva, Gobi & Simão, 2005).

¹ Tratou-se da *II International Conference on HIV among hidden groups, namely men that have sex with men and commercial sex workers*, organizada pelo GAT em parceria com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) da Universidade Nova de Lisboa e que decorreu no IHMT nos dias 25 e 26 de março de 2013.

2. Avaliação da componente I

2.1. Introdução

Tal como já referido, esta edição da formação e da integração de EP TS é uma continuação do projeto implementado em 2011-2012, cujo desenho fora baseado no modelo metodológico de educação pelos pares utilizadores de drogas, realizada no âmbito do projeto de Investigação-Ação InPar (2009-2011) da APDES.

Muito embora este projeto de operacionalização de um modelo adaptado de EP para TS, o seu processo e os seus resultados se tenham constituído como “um protótipo de formação de EP TS inovador, complexo, amplo e eficaz nos seus objectivos” (Oliveira& Mota, 2012, p. 6), esta 2ª edição foi alvo de algumas reformulações que daremos conta de seguida.

Similarmente à edição de 2011, cada equipa parceira² seleccionou previamente um TS potencial EP, sem que, contudo, tivesse havido uma discussão conjunta ou uma uniformização dos critérios pelas equipas. Três dos cinco supervisores tinham feito já parte da edição anterior e os potenciais educadores de pares foram escolhidos com base em critérios livres e definidos pelas equipas em conjunto com os mediadores/EP formados na edição anterior.

Todos os novos EP exercem trabalho sexual e assumem-no, sendo que a principal vantagem de tal advém da sua experiência no trabalho sexual, o que implica maior credibilidade e aceitação junto dos seus pares.

O curso foi dividido em dois momentos independentes:

(1) A formação em contexto de sala, com o objetivo de desenvolver competências em educação de pares e redução de riscos, constituída por onze módulos, com duração total de 66 horas;

(2) O estágio de integração em equipas de RR, através do acompanhamento, monitorização e avaliação da integração junto dos educadores de pares e dos respetivos

² As equipas parceiras do atual projeto incluem-se em cinco ONG, a saber: a APDES, o GAT, a OSIOSR, a APF Norte e a APF Lisboa.

supervisores/tutores. Assim, contrariamente à 1ª fase deste projeto, frequentar e concluir a formação não foi sinónimo de prosseguir para a fase de integração, tendo havido, assim, duas avaliações independentes, bem como uma certificação diferente para cada uma das fases.

A formação contou com um novo grupo de EP, em número de nove, ao qual se juntaram quatro EP que haviam frequentado e concluído a edição anterior. Estes últimos frequentaram a formação com o objetivo de obter a certificação aos novos módulos introduzidos na formação. Já na fase da integração, dois destes novos EP não foram integrados em qualquer equipa por, entretanto, se terem ausentado para o estrangeiro. Também os antigos EP continuaram este processo de estágio nas equipas onde tinham sido colocados, à exceção de um deles que igualmente se deslocou para fora de Portugal.

A divisão do curso em duas partes autónomas acarretou duas vantagens: que os pares da primeira fase da formação pudessem obter conhecimentos complementares aos que haviam conseguido na sua formação inicial e que os TS que estavam motivados para a formação, mas não puderam ser integrados nas equipas de RR, tivessem ficado com uma formação certificada e na posse de um conjunto de conhecimentos importantes que poderão vir a rentabilizar e disseminar nos contactos com outros TS.

Paralelamente a este processo foi ainda desenvolvida a já referida intervenção ao nível da capacitação comunitária e do ativismo político nos EP pela UP-FPCE, que será retomada no ponto seguinte. Por agora, analisemos os momentos de intervenção e avaliação da designada componente I.

2.2. Formação

O objetivo da formação nesta edição continuou a ser o de fornecer conhecimentos e competências aos educadores de pares, de forma a poderem executar as tarefas delineadas para o seu papel.

A edição precedente havia tido como base a formação desenvolvida pela APDES junto de utilizadores de drogas, cujos conteúdos programáticos foram adaptados ao trabalho sexual. A revisão da literatura e os dados obtidos anteriormente nos GD salientaram a importância de ainda assim reformular o plano geral da formação.

Em primeiro lugar, com base nas sugestões dadas pelos EP e pelo supervisores da edição de 2011/2012, procedeu-se a uma redistribuição do número de horas pelos módulos, sendo que todos foram alvo de um acréscimo na quantidade de horas e tendo-se atribuído mais tempo aos módulos que foram considerados mais importantes pelos antigos formandos. Assim, a formação desta edição passou para uma duração total de 66 horas, contrariamente às 40 horas na fase anterior. Não obstante este aumento, a avaliação indicou que a quantidade de horas ainda podia ser revista. Vários formadores salientaram a necessidade da formação ter uma duração maior para que os conteúdos pudessem ser dados de forma mais aprofundada e, mais importante, para que pudessem suscitar a reflexão, recorrer a metodologias ativas e responder às necessidades dos TS que nesta edição demonstraram elevados níveis de participação ativa. Similarmente, um dos comentários apontadas por quase todos os EP foi o de que alguns módulos não foram administrados na sua totalidade, embora o manual que lhes foi fornecido tivesse compensado essa falha. Um dos EP refere mesmo que a formação deveria ter sido dada com mais tempo, pois a tarefa de assimilar e compreender a informação revelou-se difícil.

Em segundo lugar, foram introduzidos três novos módulos, fruto das avaliações da 1ª fase do projeto, nomeadamente do relatório final da avaliação do modelo de educação de pares para trabalhadores(as) do sexo (Oliveira & Mota, 2012, p.51), a saber:

(a) A experiência de vida na educação pelos pares. Este módulo pretendeu salientar a importância da experiência de vida no trabalho sexual como uma experiência significativa e reconhecer o impacto da experiência no desempenho do papel de EP e, ainda, explorar a história de vida e os sentimentos relacionados com o trabalho sexual, promovendo o auto relato de aspetos significativos. Consideramos que este módulo foi de suma importância para os EP redefinirem as suas experiências e compreenderem o seu valor para a educação pelos pares;

(b) Comunicação e exposição em público. Este módulo teve o objetivo de treinar a exposição pública e refletir sobre a importância do “testemunho” e do cuidado na proteção da identidade nos media;

(c) Anatomia Sexual, que foi associado ao módulo relativo ao VIH/SIDA e outras IST.

No que respeita às reformulações, os módulos “Comunicação organizacional, trabalho em equipa e tomada de decisão” e “Comunicação e gestão de conflitos com

TS” foram reagrupados num só módulo intitulado de “Comunicação e relação com os pares, a equipa e a organização”, uma mudança mais eficaz para a promoção de práticas de comunicação e de relação empática que são extensíveis aos vários contextos onde os EP desenvolvem o seu trabalho.

Assim, a atual formação, constitui-se pelos seguintes 11 módulos:

- (1) A experiência de vida na educação de pares
- (2) O fenómeno do trabalho sexual/características dos TS
- (3) A redução de riscos associada ao trabalho sexual
- (4) O educador de pares na redução de riscos
- (5) A rede de recursos
- (6) Cidadania, proteção e promoção dos direitos dos TS
- (7) Comunicação e relação com os pares, com a equipa e com a organização
- (8) Comunicação e exposição em público
- (9) Conceção e avaliação de projectos
- (10) A anatomia sexual
- (11) O VIH/SIDA e outras infeções sexualmente transmissíveis

Não obstante as considerações efetuadas anteriormente sobre a importância da flexibilização da formação, de molde a permitir a inclusão de temas sugeridos pelos EP, tal continuou a não ser possível devido a constrangimentos burocráticos por parte da entidade que certifica estes cursos de formação e que impõe que os módulos e os objetivos sejam definidos *a priori*.

Também mais uma vez, não foi conferida a importância reconhecida às questões do ativismo e dos direitos na área do trabalho sexual. Tal como já havíamos mencionado no relatório de avaliação da 1ª fase do projeto (Oliveira & Mota, 2012), este módulo encontra-se plenamente justificado num projeto de formação de EP TS e, sobretudo neste, em que uma das suas componentes está especificamente direcionada para essas questões. Apesar do aumento do número de horas verificado, julgamos que, dada a relevância da componente II neste projeto, facilmente se legitima uma maior centralidade deste tema na formação. Na avaliação qualitativa efetuada pela UP-FPCE com os EP, vários foram os que mencionaram a necessidade deste módulo ter uma maior duração, de forma a “esclarecer melhor as questões da legalização ” (EP8) e ao “nível de direitos, legislação, das situações de discriminação que existem e como podem ser resolvidas (...) devia ser mais estudado, ter mais horas...” (EP2).

No que se refere à forma como a formação foi ministrada pelos diversos formadores aos EP, a observação efetuada pela UP-FPCE em algumas sessões e os discursos dos EP, relevam que estas foram dinâmicas, ativas e convenientemente direcionadas para a população-alvo. Os formadores utilizaram diferentes métodos formativos, articulando os métodos expositivos com métodos que requerem a participação ativa dos formandos, designadamente recorrendo ao uso de *role playings* e a discussões grupais e dando espaço aos formandos de expressarem livremente as suas opiniões e dúvidas. Porém, também aqui, podem ser efetuadas algumas melhorias no sentido do uso de métodos mais ativos de ensino, pois alguns dos EP referiram que se podiam ter trocado mais experiências e apostado mais nos *roleplayings*, já que, como referiu um deles: “há muita teoria, devia haver mais prática” (EP8). Neste âmbito, a sessão de formação referente à comunicação e exposição em público, por ter contado com a presença de uma jornalista que realizou um exercício prático de simulação de entrevistas, foi avaliada muito positivamente pelos EP.

Relativamente a outros aspetos a serem melhorados, um dos EP referiu que gostaria de ter levado para casa, no final de cada sessão, o material informativo relativo a essa mesma sessão, para ir tirando dúvidas, sugestão que foi corroborada pelos restantes. Inclusive dois dos EP mencionaram que a sua capa, contendo os materiais relativos à formação, só fora entregue muito depois do término desta. Parece, pois, ser importante para os EP que eles possam consultar as informações ministradas à medida que o curso decorre. Um outro EP considerou que teria sido valioso dar maior relevância e aprofundar a identidade enquanto profissional do sexo, de forma a fornecer uma visão do trabalho sexual precisamente como um trabalho que tem regras, deveres, posturas e direitos. Na sua opinião, existem certas regras básicas neste trabalho que deviam ter sido aprofundadas na formação para que questões como a negociação com o cliente e a assertividade fossem desempenhadas de forma mais confiante.

Por fim, todos foram unânimes ao considerarem que um dos entraves ao bom funcionamento das sessões se deveu à existência de conflitos de natureza pessoal no seio do grupo, o que na opinião dos EP requeria que os formadores fossem mais assertivos, diretivos e exigentes para pôr termo a essas discussões.

Apesar de algumas chamadas de atenção por parte dos TS EP, a análise dos seus discursos evidencia que, no geral, a formação foi avaliada de forma muito positiva: “achei a formação muito completa, superou as minhas expetativas” (EP2), “adorei formadores e conteúdos e acho que da parte da formação não está a faltar nada” (EP3),

“a formação foi muito boa e rica (EP10), todas as minhas dúvidas foram esclarecidas e aprendi mais” (EP7). Os novos formandos consideraram que a formação foi muito importante para os preparar a serem EP e um dos que transitou da 1ª fase referiu que esta foi importante para complementar o trabalho já realizado, “podendo-a aplicar à prática” (EP8). Um dos pontos que é ressaltado como um dos mais positivos na formação foi a presença de um dos EP da 1ª fase em uma das sessões, sendo que os formandos são da opinião que este momento deveria ter sido repetido com outros pares. Esta já tinha sido, de resto, uma proposta do relatório de 2012, em que seguindo uma lógica de “bottom-up”, fossem os próprios EP já formandos a ministrar alguns dos conteúdos programáticos (Oliveira & Mota, 2012, p. 51),

2.3. Integração

O processo de integração dos EP teve como objetivo principal o desenvolvimento de aptidões que permitam que os EP se integrem numa equipa de RR, conseguindo lidar com os constrangimentos associados ao seu papel. Assim, nesta situação, é esperado que estes EP observem, interajam, recolham e analisem as informações pertinentes para a equipa, partilhando as suas experiências e reflexões.

Para que a experiência leve a bons resultado é crucial um estrito acompanhamento psicossocial e socioprofissional que auxilie na gestão de papéis entre a vida profissional e pessoal e na construção de soluções para a superação das dificuldades sentidas durante o desempenho da função. Neste âmbito, a figura do supervisor assume especial relevância, na medida em que será esta que estabelecerá a relação de proximidade entre EP e equipa de RR, facilitando a sua integração no contexto laboral e contribuindo para o estabelecimento de regras e dinâmicas organizacionais ajustadas às especificidades do EP.

De novo, também na avaliação do processo de integração temos que ter em conta que cada EP teve um percurso integrativo singular, o que está, em muito, relacionado com a ausência de uma unificação de critérios para a seleção, que originou que fossem escolhidos pares com diferentes níveis de relacionamentos com as equipas. Três dos educadores de pares transitaram da edição de 2011/2012, sendo que dois deles já estavam previamente integrados nas equipas. Os restantes tinham relacionamentos mais

ou menos próximos das equipas e, excepcionalmente, um dos EP, ao ter mudado para outra zona geográfica do país, foi integrado numa equipa com a qual não tinha relação prévia³.

Nesta edição, a APDES diligenciou no sentido de entregar a todos os supervisores, uma lista de recomendações para o dia de acolhimento, salientado a importância de apresentar e descrever as dinâmicas e funcionamento da instituição e da equipa. Foi ainda sugerido aos supervisores que definissem um horário para os seus mentorados, bem como um plano claro e detalhado das suas tarefas, que seriam negociadas e assinadas por ambos, supervisor e EP. Assim, desta vez parece ter havido um maior esforço por parte dos supervisores na definição prévia das tarefas e dos contributos do EP aquando da sua integração na equipa.

O primeiro balanço geral realizado no grupo de discussão com os EP, aproximadamente um mês após a sua integração nas equipas, revelou que o processo estava a decorrer sem grandes impedimentos para todos os EP presentes e que a experiência estava a ser tida como grandemente positiva. Aliás, os discursos dos EP revelaram uma forte motivação e satisfação com o novo papel. Igualmente, os supervisores refiram que os EP se encontravam integrados nas equipas e se sentiam motivados para desenvolver as suas tarefas.

Todos os EP realizaram tarefas como distribuir preservativos e outros materiais preventivos e informativos, fazer educação para a saúde e esclarecer sobre práticas sexuais de menor risco, fazer encaminhamentos do(a)s TS para a equipa pela divulgação do projeto, acompanhamentos do(a)s mesmo(a)s às estruturas de apoio disponíveis e participar em reuniões de equipa. Consoante o perfil do EP, alguns pares efetuaram outras tarefas. Como, por exemplo, trabalhar no sentido de sensibilizar TS, estudantes e outras pessoas sobre os direitos dos TS e sua defesa, organização de uma sessão sobre IST em casa de um dos EP, envolvimento na marcha LGBT, apoio noutras áreas para além do trabalho sexual, nomeadamente no planeamento familiar com pais adolescentes, auxílio de sem-abrigo e utilizadores de drogas, ajuda na recolha de alimentos e sensibilização das forças policiais para as questões das pessoas transexuais (EP 10), estruturação e organização de um site sobre trabalho sexual e sobre a questão da legalização e tentativa de intervenção junto de proprietários e TS que trabalham em bares.

³ Mais tarde este EP voltou para a sua residência e foi novamente integrado na equipa que o selecionara.

É de salientar que os EP, de forma unânime, realçaram que se sentiam autónomos na realização de tarefas e satisfeitos com as mesmas, pois estas iam de encontro às suas preferências e competências. De facto, da análise realizada aos planos de tarefas de cada EP, percebemos que estas eram condicentes com as descritas pelos EP e que houve um esforço dos supervisores em adequar as tarefas ao perfil e especificidades de cada um dos pares.

Acresce que, quando ocorreram duas situações não previstas com dois dos EP, uma já mencionada, relacionada com a mudança de residência e que implicou a integração numa nova equipa e, outra, relativa a um acidente com consequências físicas que impossibilitou que o EP se deslocasse para o terreno as vezes que estavam previstas, os objetivos e contributos esperados para esses EP foram reformulados, o que demonstra o cuidado dos supervisores em adequar as expetativas da equipa às realidades exequíveis dos EP. Tal deve ser encarado como uma boa prática, uma vez que desta forma se pode obter uma diminuição do *stress* e das frustrações que podem advir do desempenho da nova função.

Quanto aos supervisores, o primeiro balanço efetuado por estes foi igualmente positivo, tendo referido que os EP procuravam esclarecer as suas dúvidas sempre que estas ocorriam, entreajudavam-se, por vezes, realizavam mais tarefas do que as que estavam estipuladas e trabalhavam maior quantidade de horas do que o previsto. Os supervisores consideraram, assim, que os pares estavam a corresponder às expetativas que tinham sobre o seu papel e a trazer novos contributos para a equipa.

Apesar deste balanço positivo, foram indicados pelos supervisores alguns aspetos que podem obstaculizar uma integração plena. Desde logo, a dificuldade da maioria dos pares em cumprir os horários e a desmarcação ou a falta a reuniões sem aviso prévio, o que pode indicar que a falta de uma rotina condiciona a gestão do papel de EP e de TS. Alguns supervisores referem ainda outros aspetos de fraco funcionamento como, por exemplo, algum atrito entre os EP e os mediadores das instituições, a dificuldade de aceitação das próprias limitações, a falta de interiorização de todas as aprendizagens do curso e problemas de autonomia.

De ressaltar ainda a importância destes GD com os supervisores como espaço de reflexão para uma melhor integração dos EP, o que reforça a importância do acompanhamento e da supervisão.

Para os EP, as principais dificuldades deste trabalho, e que consideram ser causadoras de desgaste emocional, relacionam-se, por um lado, com a frustração

decorrente da falta de cumprimento dos TS, designadamente por não comparecerem às consultas ou a outros acompanhamentos marcados pelos EP (“A certa altura começamos a criar frustrações... é os acompanhamentos, a gente marca, falta à primeira, à segunda, à terceira... já dá vontade de ir lá e *pum pum* vens e mais nada... é que quando queremos demais cria um desgaste psicológico muito grande” - EP8) e, por outro, ligam-se com a impossibilidade de dar resposta a todos os pedidos efectuados pelos TS. Por fim, outra dificuldade indicada associa-se com alterações no trabalho sexual decorrentes da crise económica atual do país (“Há mulheres que já nem querem pegar no saco dos preservativos (...)” - EP1; “Muitas começaram a fazer sem preservativo por causa da crise” - EP8).

Para fazer face a estes e a quaisquer outros obstáculos, os EP contam com a figura do supervisor. De facto, é unânime que esta figura é um precioso apoio na execução correta do seu papel: “Com a minha supervisora eu trato das coisas todas” (EP7); “Aquilo que eu preciso dela, ela está sempre disposta... (EP5); “Eu não tenho nenhuma dificuldade porque qualquer dúvida ou pedido eu ligo e sou logo atendida...” (EP1); “Tive duas supervisoras (...) trataram-me muito bem, muito acolhedoras, sempre a tentarem ajudar e muito maleáveis” (EP3).

Também a relação com a equipa funciona como um facilitador no processo de integração e superação das dificuldades. Todos os EP descrevem o seu relacionamento com a equipa de forma positiva, referindo que esta é um ponto de apoio com a qual desenvolvem uma relação de confiança, sentindo-se à vontade para efectuar confidências ou expor problemas e para participar nas reuniões. Além disso, sentem que são respeitados e que as suas opiniões são ouvidas, bem como os erros que possam cometer são compreendidos.

Intrinsicamente relacionado com a motivação e o interesse pelo trabalho, aparece a forma como os EP se vêem no novo papel. O estatuto de EP faz com que sejam mais respeitados pelos outros TS, facilitando a entrada nos apartamentos e a difusão de mensagens preventivas, mas conduz a mudanças também no próprio EP que passa a estar ciente da importância que tem para as pessoas com quem trabalha e do seu próprio trabalho enquanto TS, criando uma “nova consciência de posturas e riscos que antes não tinha” (EP5).

Todavia, alguns EP relataram que este estatuto também pode trazer incompreensões e o não reconhecimento pelos pares como uma figura de confiança. Como dizia uma das EP: “Todos me conhecem e há facilidade de comunicação mas há

certos assuntos que as pessoas não têm comigo porque ali não conseguem diferenciar entre a TS e a EP” (EP10). Ou, outra: “Já frequentei o espaço como utente e há os que entendem e os que me dizem ‘vens para aqui armada em não sei quê’... há invejas e bocas dos utentes...uma das maiores dificuldades é o facto de me conhecerem e acharem que eu estou ali com superioridade e eu explico-lhes que não” (EP6).

À medida que a integração avançou e os GD se desenvolveram, os EP continuaram a fazer um balanço muito benéfico sobre as aprendizagens efetuadas e os obstáculos ultrapassados, sendo que, a partir de abril, se focaram essencialmente na importância da participação na conferência.

Nos dois últimos GD, os EP começaram também a revelar alguma preocupação com o término do projeto (“Foi uma motivação tão forte ter uma rotina durante o dia, ter horários... estar numa coisa que uma pessoa gosta tanto e depois acabar é muito mau” – EP10). E, no último GD, excetuando os dois EP que já estavam previamente integrados numa equipa de RR, os restantes mostraram-se desorientados quanto ao seu futuro, ambicionando a oportunidade de continuar a trabalhar nas suas equipas. Todavia, não deixaram de reiterar a intenção de continuar a fazer trabalho de educação de pares, mesmo de forma autónoma, como se pode constatar nas seguintes citações: “Vou continuar a passar a informação” (EP2), “Ainda tem muitas coisas para a fazer” (EP4), “O estágio já acabou, mas o trabalho não” (EP5). Este objectivo de continuar a desenvolver o seu trabalho enquanto EP, mesmo não estando integrado em nenhuma organização, sugere a interiorização do papel de EP e de ativista para lá do curso. Alguns dos EP enunciaram possibilidades e alternativas para dar continuidade ao seu trabalho integrando uma equipa de RR. Entre estas salienta-se que um dos EP sugeriu que fizessem uma carta de apresentação a ser enviada para a equipa onde pretendem trabalhar e um outro que propôs a busca de uma entidade à qual se pudessem candidatar a obter apoio financeiro para que o projeto de educação de pares pudesse ter continuidade.

Por fim, a análise de conteúdo efetuada revelou que o curso teve um forte impacto na vida dos TS, a vários níveis, nomeadamente:

- Permitiu a aquisição de novas competências e conhecimentos (“Aprendi muita coisa, o que eu sabia aprimorei muito mais e fico feliz por conseguir passar isso de forma mais ampla para os TS” - EP5);

- Auxiliou na realização de tarefas e na consecução de objectivos (“Foi muita rica para organizar as ideias e chegar aos trabalhadores... isto para mim veio trazer aquilo

que procuro: dar-nos dignidade, termos uma profissão com regras... a formação foi um reforço muito grande para o meu trabalho” - EP2);

- Contribuiu para o seu reconhecimento no seio do grupo e para a sua valorização pessoal e aumento da auto-estima (“Foi muito bom, eu nunca tinha ido a uma conferência e mesmo estando nervosa foi muito bom, usei o meu conceito, o meu ponto de vista, as minhas palavras (...) agora (...) vou-me inscrever na universidade e tirar recursos humanos ou assistência social” - EP10 -, “Mesmo em termos de amizade e família notaram uma diferença muito grande no meu comportamento e na forma de olhar as coisas (...) fez-me envolver em novos projetos” - EP6);

- Desencadeou mudanças a nível pessoal (“Para mim está a ser bom porque estou aprendendo a conhecer a mim mesmo e a conhecer mais o ser humano, a saber lidar porque cada pessoa é uma pessoa, então o problema é diferente” - EP4; “Este estágio ajudou-me a fortalecer os meus ideais” - EP10; “Mudou muitas coisas, tenho mais amizades, mais coisas para fazer” - EP7).

Associados a estas transformações, surgem alguns momentos determinantes para o reconhecimento dos EP, nomeadamente a participação na já referida conferência onde os TS apresentaram um poster sobre o seu trabalho de EP, e a sua participação na manifestação do 1º de Maio enquanto TS.

Da parte dos supervisores, o projeto foi também avaliado como tendo sido importante, dado que os contributos dos EP foram cruciais para o estabelecimento de novos contactos, incluindo com grupos de mais difícil acesso, e de trabalho em novos territórios de ação. Acresce que os EP, pela sua flexibilidade de horários, conseguiu dar resposta a pedidos e necessidades dos TS que a equipa não conseguia.

Concluindo, e de uma forma global, as metas estabelecidas foram alcançadas pelos EP e a participação neste projeto foi encarada quer pelos EP, quer pelos supervisores como uma ferramenta preciosa para a disseminação de mensagens preventivas e de redução de riscos na área da saúde, mas também na luta pelos direitos dos trabalhadores do sexo.

2.4. Conclusões

Tal como ocorreu na edição anterior, a componente I desta edição pautou-se por um eficaz desenho das etapas de formação e integração em equipas de RR dos formandos enquanto EP TS, tendo sido eficaz no cumprimento das suas finalidades, o que se traduziu em resultados claramente positivos.

Concretizando nas diferentes etapas, quanto à formação, os conteúdos foram melhorados, ampliados e adaptados e corresponderam às recomendações efetuadas pela UP-FPCEUP na edição de 2011/2012 (Oliveira & Mota, 2012) sendo por isso validados como adequados às necessidades dos TS. Apesar disto, não podemos deixar de voltar a enunciar uma omissão, ainda mais quando, nesta edição, ela foi destacada pelos próprios EP, particularmente a ausência de um levantamento de necessidades junto dos TS para definir conteúdos. Percebemos, ainda, que alguns temas, tais como a natureza e as características dos contextos onde é exercida a substituição e os diferentes tipos de perfil de um EP, carecem de aprofundamento, dado que estes suscitaram calorosas discussões e desentendimentos entre os EP.

Em relação ao processo de integração reiteramos que este se desenvolveu, de maneira geral, de uma forma muito benéfica, avaliação que é partilhada pelos EP e pelos supervisores, e onde se percebe claramente que os objetivos definidos foram cumpridos⁴. De facto, todos os EP conseguiram atingir níveis bastante satisfatórios nos indicadores avaliativos estipulados para a avaliação contínua, mostrando-se responsáveis, participativos, empenhados, desenvolvendo uma boa relação com a equipa e com os pares e tendo domínio dos conhecimentos para o desempenho da função.

É, ainda, de salientar como favorável nesta edição a introdução de uma componente de avaliação sumativa, assente na elaboração de um relatório de estágio, que permitiu aos EP darem conta, de forma refletida, das aprendizagens e tarefas que desempenharam.

No que concerne às dificuldades sentidas na integração de alguns pares, julgamos ser importante destacar a importância dos GD na sua resolução, pois, de facto, são momentos de partilha de experiências e de aprendizagens conjuntas. Além disso, são uma forma de envolver permanentemente os EP, assumindo-se como mais uma dimensão participativa.

⁴ Excetua-se o caso de um EP que, fruto da instabilidade psicológica e familiar que vivia, não se encontrava preparado para assumir as funções de EP.

Em relação à edição anterior, consideramos que existem avanços e paralisações a serem considerados. Em primeiro lugar, nesta edição, os supervisores mostraram-se mais aptos a fazer negociações e reformulações nos planos de tarefas previamente elaborados, de forma a adaptarem-se a novas situações. Acresce que houve também especial cuidado para que as tarefas fossem definidas e operacionalizadas em objetivos concretos, tendo em conta as expectativas, os interesses e as características do perfil do EP. Tal traduziu-se numa menor dificuldade e menor ansiedade no desempenho da função, contrariamente ao que havia sucedido na primeira edição do curso. Ainda identificamos melhorias ao nível individual. Especificamente, um dos EP que anteriormente tinha desenvolvido níveis de ansiedade elevados e conflitos relacionados com a mudança de estatuto, mostrou-se, nesta fase, mais empenhado e emocionalmente estável, conseguindo alcançar resultados que não havia atingido na 1ª fase, tal como, por exemplo, o correto preenchimento das grelhas de registo de actividade. Este e outros momentos diversos de concretização de tarefas conferiram-lhe autoconfiança e a possibilidade de funcionar como um modelo para os novos EP a serem integrados nas equipas de RR. De facto, o curso teve um impacto positivo na autoestima e valorização dos formandos e contribuiu para uma maior estabilidade psicossocial. Veja-se, como exemplo, um dos EP que, no seu relatório, escreveu que esta experiência o ajudou a crescer como ser humano e a lutar pelos direitos e deveres dos trabalhadores do sexo, o que foi importante para se consciencializar da importância que pode ter para a sociedade. Aliás, as conclusões dos EP são semelhantes entre si no que toca ao crescimento pessoal e aprendizagens que o projeto lhes possibilitou.

Finalmente, destacamos alguns pontos menos sólidos que, não obstante já terem sido focados e discutidos na avaliação da edição anterior, se mantiveram nesta.

Quanto aos instrumentos de registo do trabalho dos EP, tal como na edição anterior, voltamos a observar dificuldades relacionadas com o seu porte e preenchimento. A avaliação efetuada junto dos EP dá indicações de que a quantidade desses instrumentos é excessiva e não está adequada à realidade das equipas que já possuem os seus próprios instrumentos - “Eu costumo preencher mas não é esta, nós já temos as nossas folhas” (EP8). Ainda mais eles referem que os instrumentos de registo não são práticos para serem transportados (“Eu não costumo levar, raramente tiro da bolsa ...depois as mulheres também questionariam o que estamos ali a anotar” - EP1). Além disso, apontam a complexidade e a relutância quando completam esse instrumento: “Eu odeio... não sei como anotar as horas e não tem espaço para tudo...

preferia que anotássemos o número de contactos e assim” (EP5); Ou: “Não sei porque é que tem coisas aqui que nós nem usamos” (EP4). Assim, a proposta que efetuámos na avaliação da 1ª fase do projeto de se criar uma forma mais simplificada de registo, adequada ao perfil e funções de um EP, mantém-se.

Os EP também deixam algumas propostas de alteração para edições futuras, nomeadamente no que toca aos GD. São da opinião que estes foram em número insuficiente e esperam que estes sirvam para aprofundar mais a partilha de experiências, praticar as funções, falar dos casos individuais e debater as dúvidas que encontram no terreno em conjunto.

Em jeito de conclusão, parece-nos, pois, que, nesta edição, a Componente I se revelou mais adaptada aos EP TS e mais eficiente no alcance dos objetivos propostos. É, ainda, de salientar a boa articulação entre as três entidades envolvidas que permitiu as melhorias conseguidas no projeto.

3. Componente II

3.1. Objetivos

Como já referimos, e à semelhança do que aconteceu na 1ª fase, a profissionalização dos pares não foi a única componente deste projeto, havendo também uma intervenção com vista à capacitação comunitária e ao ativismo e militância política dos EP TS.

Para tal, na parte da formação, foi incluída uma sessão sobre o tema “Cidadania, proteção e promoção dos direitos dos TS” e, em simultâneo com a integração dos EP nas equipas, prosseguimos com grupos de discussão focais que pretenderam consolidar estes conhecimentos e desenvolver os objetivos da componente.

Com esta sessão de formação aqui referida pretendeu-se que os formandos fossem capazes de:

- (a) Compreender as noções de cidadania e de ativismo e aplicá-las aos TS;
- (b) Conhecer as várias formas de ativismo e compreender as vantagens e as desvantagens que lhes estão associadas;
- (c) Conhecer a emergência e a história da luta pelos direitos dos trabalhadores do sexo;
- (d) Conhecer e compreender a ausência de um movimento de TS em Portugal;
- (e) Conhecer a campanha “Trabalho sexual é trabalho” da Rede sobre trabalho sexual⁵ e compreender a sua importância.

Já os grupos de discussão contribuíram quer para fortalecer os conhecimentos aprendidos na formação sobre cidadania e ativismo e sobre a luta pelos direitos dos TS, quer para concretizar as aprendizagens em ações específicas.

⁵ A Rede sobre trabalho sexual é uma rede constituída pela maioria das organizações que, em Portugal, intervêm diretamente com trabalhadores(as) do sexo, académico(a)s e pessoas que fazem trabalho sexual. Esta rede foi formada em 2011 e luta pelo reconhecimento e dignificação do trabalho sexual.

Assim, a componente II desta 2ª fase do projeto de EP TS, teve os seguintes objetivos:

(a) O fortalecimento do sentimento de pertença e de identificação tanto com o grupo de EP incluídos nesta formação, como com o coletivo dos TS, a consciencialização sobre a importância do ativismo como forma de obtenção de mudanças sociais e políticas e o incentivo à militância pela causa dos direitos dos TS.

A pertença e identificação com o grupo de educadores de pares em formação revelou-se importante porque esta 2ª fase do projeto incluía tanto EP que já tinham feito a formação anterior e estavam integrados em equipas, como TS que estavam a iniciar a sua formação e respectivo processo de intervenção. Tínhamos assim um grupo composto por pessoas com diferentes níveis de conhecimentos e em diferentes fases de integração em equipas de RR. Da mesma forma, o envolvimento no ativismo era bastante diferenciado - alguns dos novos elementos da formação estavam a tomar contato pela primeira vez com estas questões -, pelo que houve que enfatizar, de novo, aspetos, temas e ações que haviam já sido aprofundados na 1ª fase do projeto.

Este objetivo prende-se, antes de mais, com as próprias características das intervenções participativas que pressupõem o incentivo ao envolvimento no ativismo e na luta pelos seus direitos (APNSW/UNFPA/UNAIDS, 2010).

(b) Possibilitar o envolvimento dos EP TS na realização de ações conjuntas e proporcionar a execução desse envolvimento em diferentes tarefas de ativismo.

Este objetivo vem, por um lado, concorrer para a capacitação dos EP TS na medida em que, de acordo com o que tem sido indicado na literatura científica, o desenvolvimento do empoderamento psicológico acontece nas situações em que os indivíduos participam em atividades e organizações comunitárias porque podem ganhar experiência na gestão de pessoas, na identificação de recursos e no desenvolvimento de estratégias para atingir objetivos (Zimmerman & Rappaport, 1988).

Por outro lado, com este segundo objetivo, pretendíamos dar resposta a uma das necessidades de ajustamento identificada na fase anterior. Tal como se pressupõe num projeto de IA é expectável que os resultados subsequentes possam resultar em modificações, ajustamentos, mudanças de direção e redefinições (Cohen & Manion, 1994). Assim, se dos resultados da avaliação da componente II da 1ª fase do projeto surgia a necessidade de maior “contacto com outras pessoas que não são TS assumindo o seu papel de TS (...) [realçando] as situações em que, enquanto EP, tiveram a oportunidade de falar sobre a sua experiência para grupos diversificados. (...) todos

reconheceram a sua utilidade e (...) foi referido, de novo, o interesse destas ações para contrariar o isolamento mas, igualmente, foram apresentadas como oportunidades de militar pela causa dos TS assumindo-se eles próprios como tal” (Oliveira & Mota, 2012, p. 45), havia que, nesta nova fase do projeto, tentar concretizar esta necessidade em ações específicas;

(c) Continuar o trabalho que havia sido iniciado na fase anterior e que tinha lançado as bases para a criação de uma organização.

O grupo de TS que concluiu a formação de EP na 1ª fase, apesar de ter identificado as barreiras que podiam obstar à concretização deste objetivo, considerou que tinha condições para prosseguir com este projeto, que definiu num documento que constitui uma espécie de *programa de trabalhos* (cf. Oliveira & Mota, 2012, pp. 45/46). Assim, com este objectivo pretendia-se retomar esta tarefa com o novo grupo.

3.2.Procedimentos e avaliação

Os grupos focais ficaram definidos como sendo três, o que, sendo, em número, menos do que na 1ª fase, apresentou uma vantagem, mas também uma desvantagem. A vantagem desta diminuição do número de GD foi ir ao encontro de uma das sugestões dos EP que avaliaram o número de reuniões da 1ª fase como sendo excessivo⁶ (Oliveira & Mota, 2012, p. 51). A desvantagem aponta para uma maior dificuldade em trabalhar de forma intensiva, aprofundada e sistemática o que os objetivos definidos implicavam.

No primeiro grupo focal, trabalharam-se questões ligadas com a pertença e a identificação com o grupo e discutiram-se os seguintes tópicos:

(a) Uma proposta do GAT de participação ativa na conferência internacional do PREVIH que já referimos na secção anterior e que estava em fase de organização;

(b) As condições e as contingências da continuidade do trabalho de criação de um coletivo surgida na 1ª fase deste projeto.

No que respeita às questões ligadas com a identificação e ligação a este grupo específico e ao grupo de TS em geral, foram salientadas, durante a discussão, as vantagens de se relacionarem com outros pares e a forma como esse relacionamento pode influenciar a sua identidade e a sua integração comunitária. Como referiu uma das

⁶ Esta sugestão não se referia, contudo, apenas aos GD relacionados com a componente II, mas à totalidade das reuniões que todo o projeto implicou.

EP, a questão da identidade dos TS é ainda um aspeto a trabalhar entre eles que ultrapassa o âmbito da formação: “Há ainda um grande estigma em volta da profissão e o próprio trabalhador ainda não tem uma identidade. Falta um pouco de identidade às pessoas e não é só na formação que se adquire...” (EP2).

Quanto à proposta apresentada pelo GAT, a solicitação feita à UP-FPCE foi no sentido de colaborar na ajuda à participação efetiva e ativa dos EP nessa conferência. Especificamente, o GAT propôs que os EP pudessem subscrever um poster que expusesse a formação na qual estão e estiveram envolvidos e, ainda, que durante a conferência, apresentassem uma tomada de posição conjunta sobre o trabalho sexual.

Relativamente ao poster, a partir desta sugestão da entidade promotora, a UP-FPCE sugeriu que, em lugar de este atender à exposição do projeto, o que seria já feito por nós em outro momento da conferência (Oliveira, 2013), servisse para que os TS apresentassem a sua própria reflexão sobre o seu papel de EP e o seu trabalho comunicando-o num poster, para o que contariam com a nossa ajuda. O GAT aceitou esta reformulação que foi, depois, apresentada aos pares. O que se propôs, ao invés de uma mera participação secundária dos pares, foi que fossem eles próprios a definir e a elaborar o conteúdo do poster.

A proposta destas duas comunicações, uma em formato de poster e a outra oral, foi aceite plenamente e com entusiasmo pelos EP que consideraram a sua exequibilidade e as suas vantagens. Para concretizar esta dupla participação, uma vez que se tratavam de tarefas dotadas de alguma complexidade e a data da conferência estava próxima, ficaram agendadas mais duas reuniões não previstas inicialmente.

Quanto ao poster, coube à UP-FPCE a proposta e conceção deste formato, a construção dos guiões que orientaram as reuniões, a coleta do material que os EP forneceram nessas reuniões, a análise e ordenação da informação recolhida, além de que fez a introdução, compôs uma conclusão e propôs um título a partir de todos os aspetos que os EP tinham enunciado. Ao GAT coube a organização da parte gráfica do poster.

Os guiões das reuniões tiveram como objetivo que os pares exprimissem o que é para eles ser um EP TS, quais as características da sua atividade, quais as dificuldades inerentes ou decorrentes do seu papel e quais as vantagens do seu trabalho para as equipas. A necessidade de orientar e apoiar os EP, impedindo que este fosse um trabalho completamente autónomo, apresentou-se como um imperativo ligado com a falta de recursos para a execução desta tarefa. O que fizemos foi colocar os nossos

recursos ao seu serviço para que os pares pudessem fazer uma comunicação em poster na conferência.

O poster foi concretizado de forma bem sucedida, tendo mesmo sido apresentado oralmente em plenário por uma das EP⁷ que o fez de forma muito competente, revelando boas competências de comunicação – no anexo 1, incluímos o poster que recebeu o nome de “A voz dos pares: Reflexões de um grupo de educadores de pares trabalhadores do sexo sobre o seu trabalho”.

Já no que se refere à tomada de posição conjunta, ela acabou por ser invalidada pela dificuldade em reunir em tempo útil todos os pares, mesmo que em duas reuniões diferidas, em Lisboa e no Porto, de molde a trabalhar esta questão. A tomada de posição conjunta obrigava a discussões de negociação de visões não partilhadas por todos para que se chegasse a um acordo de base comum, o que acabou por não ser obtido.

Finalmente, no que concerne à hipótese de continuidade do trabalho de criação de um coletivo que resultara da 1ª fase deste projeto, quando, no primeiro GD tido com os pares, introduzimos este tópico, deparámo-nos com divergências e conflitos que pareceram, na altura, irremediáveis.

Note-se que este grupo incluía tanto elementos que transitaram da 1ª fase da formação, como formandos principiantes e, ainda, que alguns dos EP do primeiro grupo não transitaram para esta nova formação. Assim, tínhamos um grupo diferente, embora estivesse assegurada alguma continuidade dado que certos dos seus elementos eram comuns às duas fases do projeto. De qualquer forma, de um total de 10, apenas três dos EP tinham frequentado o 1º curso.

As divergências encontradas relacionavam-se com diferentes conceções de ativismo e da forma de o pôr em prática e com distintas motivações para cumprir com um perfil ativista de EP TS.

Além de tal, no decorrer do GD surgiram conflitos decorrentes de uma assunção de liderança não democrática. Apesar de nos referirmos aqui ao 1º GD da componente II deste projeto, este grupo vinha reunindo desde o início da formação e vinha discutindo, informal ou formalmente – como quando foi ministrada a sessão de formação sobre “Cidadania, proteção e promoção dos direitos dos TS” –, as questões do ativismo e da possibilidade de constituição de um coletivo. Durante essas discussões formais ou informais ficaram latentes conflitos que se foram avolumando e irromperam

⁷ Houve ainda outra comunicação oral de uma das EP TS sobre a sua experiência enquanto profissional do sexo, a convite da Rede sobre Trabalho Sexual.

neste 1º grupo de discussão focal que liderámos. Especificamente, um dos elementos, que aspirava a liderar e que se destacava por possuir algumas características pessoais e competências próprias de um líder, tais como ser entusiasta, determinada e corajosa e ser capaz de dirigir as pessoas (Flowers & Waddell, 2004), assumiu a liderança do grupo. Os restantes EP TS apesar de lhe reconhecerem estas características, evidenciaram também a sua falta de capacidade de escuta e de competências para o diálogo, aptidões que são enfatizadas nos líderes (Earnest, 1996). Igualmente estavam em falta outras características e competências essenciais, como ser humilde, não paternalista, reflexiva, boa comunicadora a todos os níveis e ser capaz de uma escuta genuína (Flowers & Waddell, 2004). Como consequência os restantes membros não lhe reconheceram a liderança

Esta falta de acordo e consequentes contendas impediram que a discussão se centrasse em aspetos conducentes ao avançar do projeto de constituição de um coletivo de TS. A discussão que teve lugar, impediu a tomada de decisões e o desenvolvimento do plano de constituição de uma associação, isto é, não permitiu dar os passos seguintes e paralisou o processo (Reynaga & Amorín, 2007). Então, a ideia de uma futura organização de TS que se começou a desenhar na 1ª fase deste projeto de EP e que foi um passo de grande importância que podia ter continuidade nesta 2ª fase, ficou interrompida e pareceu mesmo comprometida.

Assim, quando planeámos o 2º GD excluímos a temática da associação em virtude do bloqueio ocorrido no grupo anterior. Como o envolvimento na tarefa comum de realização de um poster tinha produzido bons resultados e sido avaliado de forma muito positiva tanto pelos formandos, como pela equipa de investigação e, ainda, pelas restantes entidades envolvidas, o plano desta sessão incluiu a proposta de uma nova tarefa que envolvia o trabalho conjunto de todo o grupo. Portanto, neste grupo de discussão focal, além de se ter efetuado um balanço da participação na conferência, apresentou-se uma proposta de ação coletiva e de ativismo em defesa dos direitos dos TS, particularmente a sugestão de participação na marcha do Dia do Trabalhador

Relativamente à avaliação da participação na conferência, a totalidade dos EP considerou ter-se tratado de uma experiência que os valorizou e enriqueceu. Os aspetos salientados podem agrupar-se em duas ideias:

(a) A possibilidade de terem conhecido pessoas e instituições que atuam na área do trabalho sexual, seja fazendo intervenção, seja realizando investigação ou participando no ativismo;

(b) O fato de terem sentido que estavam ao mesmo nível que os demais participantes e que a sua participação foi vista de igual forma, mesmo que entre os restantes intervenientes se encontrassem pessoas com estatutos profissionais e sociais muito diferentes e bastante mais valorados que os seus.

Estas ideias encontram-se bem patentes nas seguintes formulações dos pares:

Eu acho que valeu a pena. Nossa, só a gente entrando nessas conferências é que temos ideia de quantas associações e projetos existem a trabalhar nesta área. (EP1)

Foi uma coisa muito enriquecedora. Não dava para ver a patente de cada um, foi de igual para igual, de pessoa para pessoa. Foi para dar um relatório do que foi feito mas foi muito enriquecedor. (EP 5)

Senti-me muito bem, estive a falar com médicos e enfermeiros e assim... ficaram espantados por eu ser (...)... Estava nervosa, mas fiz o resumo da manhã. É que no primeiro dia estava toda a gente a confundir a minha cabeça e eu precisava de pôr as minhas palavras. Gostei, foi muito giro. (EP 10)

Quanto aos aspetos negativos, não lhes foi dado relevo, embora tivesse sido referido de forma consensual o uso de linguagem técnica de difícil compreensão para eles por alguns dos intervenientes. Um dos EP referiu ainda ter sentido por parte de algumas das pessoas do público um certo preconceito relativamente aos TS traduzido em comentários depreciativos. Esta experiência, embora não tendo sido desacreditada, não foi relatada por mais nenhum dos EP.

No que respeita à participação na marcha do 1º de maio, dia do trabalhador, em conjunto com o grupo dos trabalhadores precários, todos os EP acolheram bem a ideia e mostraram vontade em participar. Depois do compromisso de participarem tanto na marcha quanto na sua divulgação junto de outros TS e mesmo do público em geral, os EP sugeriram um conjunto de ações com essa finalidade. Para estes EP, a divulgação deveria ser feita tanto oralmente, como utilizando panfletos junto de outros TS. Essa disseminação da informação podia ter lugar sempre que fizessem visitas domiciliárias ou que tivessem outra forma de contato com os seus pares. Além desta, podiam ainda concretizar o envio de mensagens eletrónicas, fosse por telefone ou por correio eletrónico.

O entusiasmo dos EP traduziu-se na exposição de um conjunto de ideias que tinham como propósito concretizar a divulgação, a ajuda à mobilização e a própria participação. Assim, propuseram o uso de guarda-chuvas vermelhos durante a manifestação⁸, a criação de frases de ordem comuns a todos (por exemplo, “Nem crime, nem doença. Trabalho sexual é trabalho”), a estampagem de T-shirts com palavras de ordem e a criação de uma página na rede social Facebook com o nome “Grupo de Educadores de Pares e Ativistas do Trabalho Sexual” que servisse para divulgar o grupo e as suas atividades, designadamente a participação na marcha do 1º de maio – no anexo 2, encontra-se uma captura de ecrã dessa página efetivamente criada. Destas sugestões, a única que não se realizou foi a da estampagem de T-shirts por falta de verbas para a sua concretização.

Na 3ª e última sessão de trabalho em grupo com os EP fez-se um balanço da participação no 1º de maio e retomou-se o tema da associação.

No que respeita ao empenho dos TS no May Day, nome pelo qual é conhecida a manifestação dos trabalhadores precários no 1º de maio, todos os EP participaram, embora o nível de envolvimento tenha sido diferenciado. Assim, todos os EP se mobilizaram para divulgar a marcha por outros TS e apelar à sua participação, embora duas das EP se tenham ficado pela disseminação da informação, enquanto os restantes participaram da marcha juntamente com as ONG às quais estão ligados. Para estes, a marcha foi sem dúvida um momento marcante e importante, de que as seguintes declarações são ilustrativas: “Eu adorei o 1º de Maio. Sempre gostei muito destes eventos mas desde há uns tempos que andava parada. Eu gostei de preparar, distribuir convites, etc.” (EP 6); “Foi importante irmos no May Day porque senti o respeito em levarmos a nossa faixa e gritarmos o nosso grito de guerra “Trabalho sexual é trabalho.” (EP 4).

A divulgação feita pela totalidade dos EP usou a estratégia de difusão da informação através de contatos pessoais com TS de rua, de apartamento e de bares de alterne – neste último contexto, da iniciativa de duas EP. Ainda alguns dos pares distribuíram folhetos pelos TS e uma das EP fez esta distribuição em algumas *sex shops*. Os EP recorreram ainda ao envio de mensagens por telefone - sms – e através de correio eletrónico, sendo que apenas um deles enviou 800 mensagens de divulgação.

⁸ Os guarda-chuvas vermelhos têm sido utilizados como símbolo da luta dos trabalhadores do sexo em diversas partes do mundo. Foram usados pela primeira vez numa manifestação de TS em Veneza, em 2001. Este foi um dos tópicos abordados na sessão de formação sobre cidadania, ativismo e a luta pelos direitos dos TS, ministrada por nós.

Dos que fizeram parte da marcha, todos tiveram um papel bastante ativo, desde logo levando consigo outros TS. Além desta ação, durante o cortejo, carregaram a faixa com a frase “Trabalho sexual é trabalho” (comum a Lisboa e ao Porto), transportaram pancartas com frases de ordem (como, por exemplo, “Mais direitos. Mais respeito.”), distribuíram panfletos ao longo da marcha e levaram guarda-chuvas vermelhos. Duas das EP, além destas ações, ainda escreveram um texto que leram antes do início da marcha.

Aqui, tal como fizemos no relatório relativo à avaliação da 1ª fase deste modelo de EP para TS (Oliveira & Mota, 2012), salientamos a importância crucial do empenho das ONG a que cada um dos pares está ligado para uma eficaz mobilização dos TS. Embora esta associação não possa ser encarada de forma linear e determinante, pois observámos, neste evento, tanto o exemplo da EP que não participou da marcha, apesar das diligências da sua associação, porque “não se revê nas manifestações e não gosta de dar a cara” (EP 8), como o caso de outra EP que acabou por mobilizar os técnicos da associação que a supervisiona, parece-nos que a regra de uma boa articulação entre os EP e a equipa de intervenção com quem trabalham é crucial para a sua mobilização.

Quanto ao tema da associação discutido na segunda parte desta reunião, tentou-se perceber qual a sua motivação para continuarem com este projeto e se as incompatibilidades haviam sido sanadas sendo possível encontrar objetivos comuns, ao mesmo tempo que se veiculava a noção de que esta podia ser a última oportunidade que tinham enquanto grupo para desenvolverem esta ação.

Por sugestão de um dos EP, cada um deles expôs o seu nível de interesse na assunção do compromisso de dar continuidade ao grupo num projeto associativo. Nesta manifestação de intenções, todos acordaram na vontade de continuarem este plano, embora com graus de compromisso diferentes. O que é de salientar é que mesmo os mais reticentes em relação a este projeto, assumiram o objetivo comum de “criar resoluções para as necessidades dos TS, seja de uma forma direta e imediata com o trabalho no terreno, seja na luta pelos direitos” (EP 8).

Na sequência deste compromisso, os EP adiantaram algumas propostas para concretizarem este projeto de que se destaca o acordo de realizarem reuniões quinzenais, com a primeira delas a ter lugar no dia 10 de junho, através da utilização de um *software* de computador, de nome Skype, que obviaria os entraves geográficos à reunião de todos no mesmo local. Entretanto, até esse encontro, cada um ficou

responsável por definir as suas necessidades e levar ideias para temas a debater no grupo.

Quanto ao problema de liderança que havia surgido no início do curso, ele apresentou-se ultrapassado. O grupo voltou a discutir os problemas iniciais mas com mais maturidade e chegando a um consenso. Como bem expressou um dos EP: “Eu acho que devia haver um líder para organizar as coisas e não para mandar. É que para as pessoas terem iniciativa precisam de um empurrão” (EP 3). A própria EP que havia assumido a liderança sem o reconhecimento dos restantes pares, apresentou-se mais humilde e menos paternalista e com melhores competências de comunicação e capacidade de escuta. A suportar estes dados encontram-se os resultados de investigações que têm demonstrado que a liderança se constrói e que pode mudar através do diálogo, do empoderamento coletivo e de uma *connective leadership*⁹ (Kirk & Shutte, 2004).

Assim, parece ser possível concluir pela evidência da motivação para prosseguirem com a associação de forma participativa e democrática – que é a maneira como uma associação de base comunitária deve funcionar (Reynaga & Amorín, 2007).

3.3. Resultados

Os resultados desta componente podem ser divididos em dois. Por um lado, o ativismo e a participação cívica que resultaram do envolvimento dos pares em diversas tarefas. E, por outro, depois de alguma inação, a motivação e o empenho para desenvolverem o trabalho de constituição de uma associação de trabalhadores do sexo que havia surgido na formação anterior.

Antes de mais devemos relatar uma atividade em continuidade com a primeira fase deste projeto e que surge das recomendações que efetuámos no relatório final da supervisão científica da fase anterior do projeto (Oliveira & Mota, 2012). O conjunto de recomendações constante neste relatório incluía algumas sugestões dos próprios EP, entre estas, aqueles propunham que:

⁹ *Connective leadership* é definida por Kirk e Shutte (2004) como envolvendo a tarefa de capacitar: “The focus here is on enabling people to find creative ways of connecting personal goals within role, and enabling different organizational members to connect with through their roles in collaborative pursuit of mutual goals within the system’s aims” (p. 241).

a formação fosse aberta à comunidade, nomeadamente para que pudessem pôr em prática as aprendizagens em diferentes contextos. Esta abertura à comunidade mais alargada poderia, ainda de acordo com o que sugeriram, ser feita sobre a forma da participação em debates, palestras ou aulas. O seu propósito era o de poder falar na condição de educadores de pares e de trabalhadores do sexo, para partilharem os seus saberes e experiências e, assim, poderem participar do trabalho de esclarecimento da população geral ou de populações específicas acerca do comércio do sexo – o que é também uma forma de participação comunitária e de ativismo (Oliveira & Mota, 2012, p. 53).

É ainda de referir que esta proposta é coerente com as boas práticas dos manuais técnicos e artigos científicos sobre desenvolvimento comunitário, aqui aplicado aos pares no trabalho sexual.

Desta forma, em novembro de 2012, dois dos EP da primeira edição do curso, um dos quais transitou para a segunda formação, puderam participar numa aula de uma unidade curricular de um curso de psicologia de uma universidade¹⁰, na qual fizeram um enquadramento sobre o curso que frequentaram, sua importância e carácter inovador. O testemunho destes dois EP centrou-se na sua experiência enquanto formandos, enquanto EP e enquanto TS da forma que de seguida explicamos:

(a) Como formandos do curso, apresentaram os tópicos que aprenderam, a importância da formação para si e a forma como experienciaram a integração nas equipas;

(b) Como EP, centraram-se, especificamente, no que é um EP TS, quais as suas funções, quais as estratégias que utiliza, quais as populações com que trabalha e qual a sua importância absoluta e relativamente ao trabalho dos técnicos;

(c) Como TS referiram as suas experiências nessa ocupação e a relação deste trabalho com o trabalho de EP.

Assim, esta atividade, perfeitamente integrada no projeto, estabeleceu uma continuidade entre as duas fases e deu sentido à vertente do *empowerment* e do ativismo e, simultaneamente, contribuiu para a formação dos EP na prática do "falar em público"

¹⁰ Trata-se da unidade curricular de Intervenção Social e Redução de Riscos do Mestrado Integrado em Psicologia da UP-FPCE que inclui no seu programa conteúdos ligados com a intervenção de redução de riscos no trabalho sexual, designadamente sobre o trabalho dos educadores de pares neste tipo de intervenção.

que teve uma maior atenção nesta segunda fase da formação. Incluímos esta ação nos resultados porque nos parece ser indissociável das restantes atividades desenvolvidas, porque reforça a continuidade entre as duas ações e, ainda, porque se insere claramente nos propósitos desta componente.

Quanto aos resultados das ações específicas desta componente da 2ª fase, no que respeita ao ativismo e à participação cívica, indicamos o envolvimento na conferência e na manifestação do 1º de maio e todas as ações que tal implicou, antes e durante os eventos. Estas participações e ações, além de concretizarem e possibilitarem o ativismo político e social dos EP, tiveram por objetivo o envolvimento do grupo em tarefas específicas, isto é, na organização de um projeto comum pelo que tal implicava para a coesão do grupo e para propiciar o empoderamento.

Participar em atividades e em organizações comunitárias tem sido associado de forma consistente com o empoderamento (Menezes, 2007), pelo que ter tomado parte destas ações poderá ter produzido ganhos nos indivíduos envolvidos. Salientemos, como exemplo, que para uma parte deste TS foi a primeira vez que assumiram publicamente a sua condição. Mesmo incluídos no “anonimato” de uma grande manifestação ou no “conforto” de um meio protegido como é o de uma conferência, fizeram-no sem máscaras e alguns deles, no 1ª caso, transportaram mesmo a faixa que reclamava o trabalho sexual como sendo um trabalho. Mais: todos o fizeram com grande empenho e entusiasmo e, como já indicámos, consideraram este como um momento marcante. Assumirem que são TS é já um ato político pelo que implica de recusa de toda a carga negativa que lhes é imputada e pelo efeito de visibilidade de um grupo que é sistematicamente ocultado. Assumirem que são TS numa manifestação no dia do trabalhador é também uma ação de militância que acarreta a reivindicação de um estatuto profissional e a defesa de direitos laborais. Recuar deste ponto até ao início da formação implica, parece-nos, reconhecer ganhos evidentes nestes TS.¹¹

O ativismo, a assunção pública de que são TS, tornarem-se visíveis em lugar de se esconderem, terem uma voz ativa, serem afirmativos, considerarem as suas experiências como válidas são sinais claros da sua capacitação. Quando todos estes aspetos ultrapassam o âmbito da ação de formação e se alargam a outros contextos e atividades podemos concluir pela sua ampliação e continuidade.

¹¹ No início da formação, apenas umas das formandas, entre todos, tinha, embora curta, uma história de militância pelos direitos dos trabalhadores do sexo.

A provar estas asserções está a participação ativa de alguns dos EP num seminário sobre trabalho sexual¹², especificamente uma mulher, um homem e uma transexual¹³. Neste seminário, em que um grupo de académicos debateu as questões que separam e aproximam os conceitos de prostituição e de trabalho sexual, estes três EP foram, ouviram e intervieram de forma muito afirmativa e dando contributos que foram valorizados por palestrantes e assistência. Este tipo de ações além de refletir a sua capacitação é ainda reforçadora da mesma na medida em que a experiência é avaliada como positiva.

Para explicar o conceito de empoderamento, Zimmerman (1995) refere três níveis: (1) O empoderamento organizacional – relacionado com os processos e as estruturas que melhoram as competências dos seus membros e lhes fornecem suporte mútuo para que ocorram mudanças ao nível comunitário; (2) O empoderamento comunitário – que acontece quando os indivíduos trabalham em conjunto de forma organizada para melhorar a vida do coletivo; (3) O empoderamento psicológico – concernente ao nível individual, reconhecendo-lhe três componentes: a intrapessoal, a interacional e a comportamental.

Pensando neste processo, a partir desta definição, parecem estar presentes, com alguma clareza, os três níveis de empoderamento, o organizacional, o comunitário e o psicológico.

Ora, aqui, há uma ligação evidente com o segundo resultado obtido: a motivação para continuarem com o projeto de constituírem uma associação e a auto-organização que lhe é necessária, nomeadamente pelo planeamento de reuniões com esse fim. Se inicialmente este objetivo parecia estar comprometido e se constatou mesmo um retrocesso em relação ao que se havia alcançado na 1ª fase deste projeto, no final parecem estar criadas condições para que tal possa prosseguir. Se isto se interliga necessariamente com um desenvolvimento do grupo e com a resolução dos seus problemas de liderança, também tem que estar ligado com esse empoderamento que resultou de todos os processos e ganhos inerentes à formação.

É, no entanto, de salientar, a noção adiantada por dois dos EP de que, tal como esta proposta surgiu no âmbito deste projeto de formação de EP e em interligação e com

¹² Referimo-nos ao Seminário “Prostituição Vs. trabalho sexual” organizado pela Universidade Feminista no Centro de Cultura e Intervenção Feminista, em Lisboa, no dia 20 de abril de 2013.

¹³ Mais uma vez, aqui, não podemos deixar de referir a importância do trabalho das associações envolvidas que estimularam e apoiaram esta participação.

o apoio das organizações envolvidas, poderá ser necessária alguma continuidade deste apoio para que esta intenção se desenvolva e possa ser eficazmente gerida.

3.4. Conclusões

Os objetivos desta componente foram claramente atingidos no que respeita à consolidação do sentimento de pertença e de identificação com o grupo e com o trabalho sexual, à consciencialização sobre a importância do ativismo e à militância pela causa dos direitos dos TS. O desenvolvimento do sentimento de pertença e de identificação com o grupo e a participação em ações de militância política estão bem patentes nas atividades que foram descritas, tendo daqui resultado ganhos evidentes para os EP envolvidos.

Já quanto à continuação do trabalho que havia sido iniciado na fase anterior, criando as bases para a criação de uma organização, não logramos alcançar os resultados que esperávamos, muito especificamente ter conseguido que essas bases tivessem permitido concretizar essa organização. As razões dessa impossibilidade estão descritas e explicadas, mas talvez o que mais seja de destacar são as contingências associadas a estarmos perante um grupo constituído, em parte, por pessoas diferentes. Este novo conjunto de pessoas precisou de tempo para evoluir como grupo, ganhar equilíbrio interno e passar a ter objetivos comuns, pelo que não se podia ter esperado que o trabalho que havia sido concluído no fim da 1ª fase deste projeto fosse retomado exatamente no mesmo ponto em que havia sido deixado.

Pese embora todas estas condicionantes esperemos que a capacitação e a consciência política alcançadas sejam suficientes para consolidar as suas ações de militância e para concretizar a sua motivação para formarem e gerirem um coletivo que os represente e defenda os seus direitos. Resta salientar que a planificação de reuniões com essa finalidade mostra o empenho para tal e parece indicar a sua possibilidade de concreção.

4. Conclusão geral e recomendações

Se a avaliação efetuada à edição anterior foi positiva, nesta 2ª fase do curso reiteramos o mesmo resultado. Globalmente, esta edição atingiu resultados evidentes e, quando comparados com a 1ª fase do curso, constatamos melhorias em ambas as componentes. Assim, reafirma-se a aplicabilidade e eficiência deste modelo de educação de pares para TS.

Mais: esta 2ª fase, além de benéfica, parece-nos representar uma progressão para um nível mais otimizado de intervenção, conclusão que não é, de todo, alheia, à metodologia adotada, a IA, pelo que ela permite de retroação e reajustamentos continuados e pela conceção do projeto em espiral. Ter tomado esta formação como uma 2ª fase do projeto iniciado em 2011, permitiu registar uma evolução e, tal como havíamos indicado no relatório de avaliação anterior:

a avaliação final desta fase pode vir a ser benéfica *alimentando* o próximo projeto de formação de EP TS. Sendo que os pontos fortes e os pontos fracos identificados seriam mantidos/incrementados e suprimidos, respetivamente, fazendo com que este protótipo fosse sucessivamente aperfeiçoado. As espirais progrediam, o projeto melhorava e os beneficiários podiam tornar-se, com maior probabilidade, pessoas emancipadas – que é, afinal, o propósito de toda a IA (Oliveira & Mota, 2012, p. 49)

Quanto às melhorias evidenciadas começamos por destacar um maior envolvimento dos EP em várias etapas do processo. Desde logo, na seleção, se sobressaiu a implicação dos pares que haviam frequentado a edição anterior na co-adjuvação da delineação dos critérios de seleção dos novos EP. Também na formação é de salientar a participação de um antigo EP como co-formador.

Outro aperfeiçoamento refere-se ao fato de todos os EP serem TS ou ex-TS, o que vai de encontro à própria definição de EP e aos objectivos do projeto, podendo ser um elemento fulcral para o sucesso da intervenção. Este sucesso depende, em parte, dos

participantes que forem selecionados, o que faz desta etapa um elemento-chave para a eficácia de qualquer intervenção (Medley, Kennedy, O'Reilly & Sweat, 2009).

Ainda é de salientar a divisão do curso em duas partes independentes, isto é, a formação propriamente dita e o estágio ou integração. Esta opção revelou-se eficaz pois facultou a oportunidade de disseminar conhecimentos por um maior número de TS ao incluir na formação inicial tanto os TS que não seguiram para a fase da integração, como alguns dos EP TS de fase anterior do projeto, como, ainda, os novos formandos que completaram as duas fases do curso. Daqui decorre a grande vantagem de posteriormente a informação poder vir a ser disseminada por outros TS não abrangidos por qualquer formação. Relevamos, ainda, o especial cuidado por parte da entidade formadora em certificar ambas as partes do curso, uma prática com implicações na valorização dos TS.

Na presente edição também se constatou que todos os formandos, incluindo os que transitaram da edição anterior, mostraram uma maior satisfação e motivação no desempenho das suas tarefas. Como já referimos, a melhor preparação dos mentores para supervisionarem os EP TS, nomeadamente decorrente da experiência anterior, mas também porque, nesta edição, houve um maior cuidado na sua preparação prévia, traduziu-se num esforço de adequação das tarefas ao perfil do EP e às suas idiossincrasias. Além disso, contrariamente à edição anterior assistiu-se a uma delineação e estruturação dos planos de tarefas que foram previamente negociados com os EP, bem como à discussão nos grupos focais de objetivos mais exequíveis e adaptados à realidade, contribuindo para uma maior estabilidade e um menor *stress* ou angústia dos pares.

Outro resultado importante desta edição prendeu-se com o desenvolvimento da capacitação comunitária e do ativismo político, sobretudo com o envolvimento dos EP numa aula, num seminário, numa conferência e na manifestação do 1º de Maio. Todo este processo de formação/integração/grupos de discussão parece ter conduzido a um grande ganho para estes TS. Na avaliação verificou-se uma clara evolução que demonstra uma melhor perceção de si e da sua atividade e uma autoestima e autovalorização reforçadas. Manifestamente estes são resultados da forma como os sujeitos foram envolvidos em tarefas e actividades conjuntas e, em simultâneo, têm implicações na maneira como os EP se mobilizaram autonomamente para se reunirem após o término do projeto e continuarem com a tentativa de construção de uma associação que defenda os direitos dos TS.

Não obstante os bons resultados, à semelhança do que fizemos anteriormente, julgamos ser pertinente acrescentar algumas recomendações finais para que o protótipo continue a sua evolução.

No que respeita à etapa da formação, na eventualidade de uma próxima edição, seria de utilidade reformular a relação conteúdo programático/tempo da sessão, bem como aplicar ainda mais métodos ativos que permitam uma melhor assimilação dos conhecimentos. Quanto à estruturação dos conteúdos programáticos, apesar dos avanços verificados, continuamos a defender uma maior importância em ouvir a voz dos TS. Aliás, mesmo um dos EP sugeriu que fossem eles a recolher informação com os TS no terreno para a partir daí desenhar-se a formação mais adequada e que dê resposta às verdadeiras necessidades. Na verdade, o que este EP propôs é que fosse feito o levantamento de necessidades que não foi efectuado e que deve ser o primeiro passo de qualquer intervenção. Aliás, já na 1ª fase deste projeto havíamos identificado esta como uma falha no processo. Como afirmámos na altura, “no âmbito do atual projeto, os objetivos gerais e específicos, referentes aos conteúdos da formação, foram definidos à priori, ou seja, antes do levantamento das necessidades junto dos TS (Oliveira & Mota, 2012, p. 25).

Ainda no que se refere à fase de formação, os objetivos concretos do curso em geral, bem como os diferentes perfis de EP, devem ser claramente explicitados. Nesta edição, verificaram-se alguns conflitos entre os formandos relacionados com o fato destes trabalharem em contextos tão diferentes como a rua, apartamentos ou bares de alterne. Estes contextos diversos implicam diferentes tarefas e estratégias de abordagem e nem todos os EP estiveram aptos a reconhecer e validar essas diferenças. Igualmente as tarefas que cada equipa espera do seu EP, ao serem definidas caso-a-caso podem originar atritos entre os vários EP que avaliam e valorizam diferencialmente as tarefas executadas por si ou pelos seus pares. Para além da proposta que um dos EP faz e que consiste na troca de experiências práticas entre os diferentes contextos, propomos que, no futuro, nos GD se aprofundem mais este tipo de questões e situações específicas que decorrem do trabalho desenvolvido para que os EP possam discutir entre si diferentes estratégias de intervenção.

Similarmente à 1ª edição, os instrumentos preparados para registar o trabalho realizado pelos EP continuaram a suscitar dúvidas e dificuldades no preenchimento pelos EP e a serem avaliados como não estando completamente adequados à intervenção que levam a cabo. Assim, os instrumentos precisam de ser revistos e

simplificados. Tal como a introdução da avaliação sumativa assente na elaboração de um relatório de estágio permitiu avaliar e balizar o trabalho dos EP recorrendo a critérios de natureza qualitativa, tais como a sua capacidade de expressão ou de reflexão, que complementaram outro tipo de dados recolhidos, também nos parece que podia ser positiva a introdução de instrumentos de registo que captassem dados de outra natureza, não obstante reiterarmos a importância da quantificação de certos elementos avaliativos na validação do processo.

Por fim, não podemos deixar de mencionar que sendo este um projeto de IA, a articulação agilizada entre as diferentes instituições que nele participaram é crucial. Porém, nesta edição, verificou-se alguma demora no envio de documentos importantes relacionados com os EP, implicando assim uma análise e avaliação do processo mais empobrecida.

Como conclusão final referimos que nos parece que a lógica de continuidade de IA foi determinante para se terem atingido os objetivos propostos e, como resultado, temos um projeto inovador e eficaz, que explora e dá resposta às necessidades dos TS que, em Portugal, têm sido pouco aprofundadas, especialmente no que toca a direitos humanos e cívicos e no fomento da capacitação para a participação democrática.

Finalmente, esperamos que possam ser criadas as condições para que estes EP TS continuem a exercer o seu papel integrados em equipas de RR e que, se tal não acontecer, eles possam servir como educadores dos seus pares mesmo informalmente. E ainda que a consciência política e o empoderamento alcançados sejam consolidados e suficientes para sustentar o ativismo político e transformar a sua motivação num colectivo que os represente e defenda.

5. Referências bibliográficas

- APDES (2011) Projecto InPar. Resultados da investigação relativos à integração de utilizadores de drogas enquanto educadores de pares em equipas de redução de riscos. Porto: APDES (Relatório não publicado).
- APNSW/UNFPA/UNAIDS (2010). Building partnerships on HIV and sex work. Report and recommendations from the first Asia and the Pacific Regional Consultation on HIV and Sex Work.
- Barnard, M. & McKeganey, N. (1996) Prostitution and peer education. *In* T. Rhodes & R. Hartnoll (Eds.). *AIDS, drugs and prevention: perspectives on individual and community action*. London: Routledge.
- Boog, B. (2003). The emancipatory character of action research, its history and the present state of the art. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 13, 426-438.
- Borlone, P. & Macchieraldo, G. (2004). *Fenarete Project – Professional training for peer educators in prostitution field*. Pordenone: Comitato per i Diritti Civili delle Prostitute.
- Cohen, L. & Manion, L. (1994). *Research methods in education*. 4ªEd. New York: Routledge.
- Cornish, F & Campbell, C. (2009). The social conditions for successful peer education: a comparison of two HIV prevention programs run by sex workers in India and South Africa. *American Journal of Community Psychology*, 44, 123-135.
- Coughlan, P. & Coughlan, D. (2002). Action research for operations management. *International Journal of Operations & Production Management*, 22, 2, 220-240. DOI 10.1108/01443570210417515.
- Creswell, J. (1998). *Qualitative inquiry and research design. Choosing among five traditions*. Thousand Oaks: Sage Publications.

- Dutcher, M., Phicil, S., Goldenkranz, S., Rajabiun, S., Franks, J., Loscher, B. & Mabachi, N. (2011). “Positive examples”: A bottom-up approach to identifying best practices in HIV care and treatment based on the experiences of peer educators. *AIDS Patient Care and STDs*, 25(10), 403-411.
- Earnest, G. W. (1996). Evaluating community leadership programs. *Journal of Extension*, 34, 1. Disponível em: <http://www.joe.org/joe/1996february/rb1.php> (20.06.2013).
- EUROPAP/TAMPEP (2001). *Cuidar da saúde. Desenvolver serviços para as pessoas que se prostituem na Europa*. Lisboa: Coordenação do Projecto EUROPAP em Portugal – Consulta de Doenças Sexualmente Transmissíveis do Centro de Saúde da Lapa, Administração Regional de Saúde.
- Flowers, R. & Waddell, D. (2004). Community leadership development handbook. Broadway: Centre for Popular Education UTS.
- Galego, C. & Gomes, A. (2005). Emancipação, ruptura e inovação: o “focus group” como instrumento de investigação. *Revista Lusófona de Educação*, 5, 173-184.
- Goren, N. & Wright, K. (2006). Peer education. In *Prevention Research Quarterly: current evidence evaluated*. Melbourne: DrugInfo Clearinghouse.
- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção: o planeamento em ciências sociais*. Cascais: Principia.
- Kirk, P. & Shutte, A. M. (2004) Community leadership development. *Community Development Journal*, 39, 3, 234-251. doi: 10.1093/cdj/bsh019
- Medeiros, M. (2002). A investigação-acção colaborativa como estratégia de formação inicial de professores na promoção do ensino da escrita. *Revista Portuguesa de Educação*, 15 (1), 169-192.
- Medley, A., Kennedy, C., O’Reilly, K. & Sweat, M. (2009). Effectiveness of peer education interventions for HIV prevention in developing countries: a systematic review and meta-analysis. *AIDS Education and Prevention*, 21(3), 181–206.
- Menezes, I. (2007). *Intervenção comunitária: uma perspectiva psicológica*. Porto: Livpsic.
- Mongard, H., Brussa, L. & Jong, M. (1997). *Peer-educator’s manual course of prevention and hygiene*. Amsterdam: TAMPEP.

- Neto, J. (2003). Pesquisa – Acção, aspectos práticos da pesquisa-acção nos movimentos sociais e populares e em extensão popular. In R. Richardson & J. Pessoa. (Eds). João Pessoa: Editora Universita da UFPB.
- Newman, I. & Benz, C. (1998). *Qualitative-quantitative research methodology: exploring the interactive continuum*. Carbondale: Southern Illinois University Press.
- Oliveira, A. (2013). PreVIH: Projeto de educação de pares para trabalhadores do sexo. *Revista Ação & Tratamentos VIH/SIDA*, 31. Disponível em: <http://sm.vectweb.pt/media/64/File/Publicacoes/RevistaAT/AcaoTratamentos31%20sem%20miras.pdf> (02.07.2013)
- Oliveira, A. & Mota, A. M. (2012). Implementação e avaliação de um modelo de educação de pares para trabalhadores(as) do sexo. Relatório final da supervisão científica. Porto: FPCEUP.
- Reynaga, E. & Amorín, E. (2007, Eds.). *Un movimiento de tacones altos: mujeres, trabajadoras sexuales y activistas. Reflexiones y actividades para fortalecer nuestras organizaciones*. Buenos Aires: REDTRASEX.
- Rickard, W. & Growney, T. (2001). Occupational health and safety amongst sex workers: a pilot peer education resource. *Health Education Research*, 16(3) 321-327.
- Silva, C., Gobbi, B. & Simão, A. (2005). O uso da análise de conteúdo como ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. *Organ. Rurais Agroind.*, 7(1), 70-81.
- Santos, A., Soares, I., Marques, J. & Parodi, L. (2012). *PREVIH. Integração Profissional de Educadores de Pares Trabalhadores do Sexo*. Vila Nova de Gaia: APDES (Relatório não publicado).
- Svenson, G. R. *et al.* (1998). *European guidelines for youth AIDS peer education*. Lund: European Comission.
- Zimmerman, M. A. (1995). Psychological empowerment: issues and illustrations. *American Journal of Community Psychology*, 23 (5), 581-599.

- Zimmerman, M. A. & Rappaport, J. (1988). Citizen participation, perceived control, and psychological empowerment. *American Journal of Community Psychology*, 16 (5), 725-750.

Anexos

Anexo 1 – Poster “ A voz dos pares: Reflexões de um grupo de educadores de pares trabalhadores do sexo sobre o seu trabalho.”

A VOZ DOS PARES:

Reflexões de um grupo de educadores de pares trabalhadores do sexo sobre o seu trabalho

Ferreira, J.¹; Ferreira, T.²; Lourenço, A.¹; Oliveira, C.³; Oliveira, I.³; Silva, C.⁴; Santos, M.²; Tavares, L.³; Timoteo, A.²; Santos, J.⁴; Mota, M.⁵; Rego, I.²; Oliveira, A.⁵; Pires, C.¹



INTRODUÇÃO:

O GAT², em parceria com a APDES¹ e com a UP-FPCE⁵, no âmbito do Projeto PREVIH, tem promovido a formação de educadores de pares (EP) na área do trabalho sexual e a sua integração em equipas de redução de riscos, com o duplo objetivo de obter a profissionalização destes pares e de facilitar a sua capacitação comunitária e o ativismo político. Este projeto abrangeu 15 trabalhadora(s) do sexo em duas edições, uma que decorreu entre Novembro de 2011 e Maio de 2012 e uma segunda que teve início em Dezembro de 2012 e que ainda está a decorrer. Esta comunicação em poster é o resultado de dois grupos de discussão onde efetuámos uma reflexão sobre a importância do trabalho EP que temos vindo a desenvolver e sobre as características definidoras desse papel.

DEFINIÇÃO:

O EP no trabalho sexual é um trabalhador do sexo (TS) ou ex-TS, que teve formação para fazer intervenção com os seus pares. Por serem TS ou ex-TS estão mais próximos dos seus pares, falam a mesma *linguagem* e têm outras afinidades. Por isso, desenvolvem facilmente relações de confiança e têm uma maior capacidade de compreensão. Os EP estão integrados em equipas e podem funcionar como um modelo para os outros TS. As suas funções são as de consciencializar os outros TS para adotarem comportamentos mais saudáveis, para os problemas no trabalho sexual e os seus direitos e para a necessidade de lutar por eles.

CARACTERÍSTICAS PESSOAIS/ PAPEL:

Estar motivado	/	Saber-estar
Ser flexível	/	Saber-ser
Ser empático	/	Saber-saber
Ser humilde	/	Saber Ouvir
Ser tolerante	/	Querir ajudar
Ser autodeterminado/		Respeitar os limites
Ser sensível	/	Não impor
Ser coerente	/	Não julgar
Ter auto confiança	/	Assegurar a confidencialidade

VANTAGENS PARA A EQUIPA:

- Proximidade
- Fazerem a *ponte* entre técnicos e TS
- Sinalizar/ Reconhecer fenómenos no trabalho sexual,
- Aumentando o alcance da equipa
- Flexibilidade de horários e maior disponibilidade
- Credibilidade da mensagem

DIFICULDADES:

- Dificuldade na gestão de papéis (TS e EP TS)
- Frustração e desânimo decorrentes da falta de capacidade para responder a todas as necessidades dos TS, da falta de comparência destes e do estágio ser temporário.
- Respeitar as decisões dos outros e não impor a nossa opinião, o que poderá ser difícil quando achamos que a nossa visão está mais correta.

CONCLUSÃO:

Para finalizar, salientamos a importância do curso e da integração em equipas de intervenção como EP TS nos seguintes aspetos:

- > Aprendizagem / aumento de conhecimentos
- > Desenvolvimento de novas relações com outros pares
- > Fornecer uma alternativa à rotina do trabalho sexual
- > A integração numa equipa que contribui para o sentimento de pertença
- > Reforço da identidade enquanto TS

Testemunhos

A experiência no trabalho permite que tenhamos outra sensibilidade... (EP1)

Nós servimos de modelos e servimos para dignificar (EP2)

Nós somos a ponte, nós somos os olhos, vemos o que a equipa não pode ver.(EP3)

Foi ótimo em termos de conhecimento porque havia coisas que eu nem imaginava que existiam. (EP4)

¹ APDES- Agência Piaget para o Desenvolvimento

² GAT- Grupo Português de Ativistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA- Pedro Santos

³ OSIOSR-Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor

⁴ APP- Associação para o Planeamento da Família (Lisboa, Tejo e Sado, Norte)

⁵ UP-FPCE- Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

Anexo 2 – Captação de ecrã da página criada no Facebook: Grupo de Educadores de Pares e Ativistas do Trabalho Sexual

